

NAS MINAS DE NAMANHUMBIR

Procuradoria investiga maus-tratos aos garimpeiros

O RELATÓRIO sobre o caso de agentes da Unidade de Intervenção Rápida (UIR) envolvidos nos maus-tratos a garimpeiros numa mina em Namanhumbir, Cabo Delgado, está nas mãos da Procuradoria-Geral da República (PGR).



Os membros da corporação, em número não especificado, foram ouvidos por uma comissão de nível provincial com orientações para investigar e trazer os contornos do incidente. Segundo o porta-voz da Polícia no Comando-geral, Inácio Dina, a comissão encaminhou o relatório à

PGR para investigar e pronunciar-se posteriormente.

"Os resultados do inquérito estão sob alçada da PGR e a medida que for tomada a nível interno contra os membros da corporação vai depender daquilo que o Ministério Público apurar na sua investigação", disse Dina. Dentre as informações cons-

tantes do relatório, está o esclarecimento do período em que a agressão se deu e, sendo provada a ocorrência depois da criação da Força de Protecção de Recursos Naturais e Meio Ambiente, espera-se medidas de acordo com a orientação do departamento jurídico do Ministério do Interior. A fonte explicou que a Procura-

doria Provincial está encarregue de investigar o caso, tendo em conta o local da ocorrência, mas o processo está a merecer acompanhamento a nível central, dada a sua dimensão.

Entretanto, a Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados de Moçambique (CDHOAM) disse ter apurado que

as agressões são uma prática reiterada desde a descoberta de rubis em 2009 e é adoptada sempre que a concessionária pretende tomar o controlo de novas minas descobertas pelos garimpeiros, dentro e fora da área da concessão legal.

Algumas das agressões culminam com a morte e ameaças constantes a membros das comunidades.

"A CDHOAM registou que a comunidade de Namudjo queixa-se do facto de a exploração mineira não estar a criar benefícios directos aos seus membros, pois a empresa que guarnece a zona destruiu as suas casas, machambas e culturas sem o pagamento de qualquer tipo de compensação", lê-se num comunicado emitido pela organização.

A organização congratulou os esforços das autoridades policiais, que culminaram com a identificação dos elementos da UIR que participaram naqueles actos e exige às autoridades competentes a darem seguimento às diversas denúncias de violação dos direitos humanos perpetrada pelos elementos de segurança que operam na área de concessão.

"A comissão condena e repudia esses actos de tortura e violência contra garimpeiros e membros das comunidades afectadas pela concessão mineira da empresa MRM, que consubstanciam uma grave violação dos direitos humanos e um atentado à dignidade da pessoa humana, e solidariza-se com as famílias das vítimas", acrescenta.